

Versão 3.0

Orientações sobre Devida Diligência



FERRAMENTAS
DE DEVIDA
DILIGÊNCIA



This tool has been developed by NEPCon as a part of the project “Supporting Legal Timber” funded by the LIFE programme of the European Union and UK aid from the UK government, as well as the project “Responsible Sourcing of Soy, Palm Oil and Cattle” funded by DANIDA, Ministry of Foreign Affairs of Denmark.



A NEPCon adotou uma política de "fonte aberta" para compartilhar o que desenvolvemos para promover a sustentabilidade. Este trabalho é publicado sob a licença da Creative Commons Attribution Share-Alike 3.0. É concedida permissão, gratuitamente, a qualquer pessoa que obtenha uma cópia deste documento, para tratar o documento sem restrições, incluindo, sem limitação, os direitos de usar, copiar, modificar, fundir, publicar e / ou distribuir cópias do Documento, sujeito às seguintes condições: O aviso de direitos autorais acima e este aviso de permissão devem ser incluídos em todas as cópias ou partes substanciais do documento. Agradeceríamos receber uma cópia de qualquer versão modificada.

O apoio da Comissão Europeia para a produção desta publicação não constitui um endosso dos seus conteúdos que refletem apenas as opiniões dos autores e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nele contidas.

Este material foi financiado pela ajuda britânica do governo do Reino Unido; No entanto, as opiniões expressas não refletem necessariamente as políticas oficiais do governo do Reino Unido. DANIDA, Ministério das Relações Exteriores da Dinamarca, apoiou o desenvolvimento deste material, no entanto, a DANIDA não é responsável por quaisquer pontos de vista ou reivindicações apresentados neste material.

Contents

Introdução	5
Orientações de Devida Diligência da NEPCon.....	5
Passo 1: Reunir os requisitos do Sistema de Devida Diligência.....	5
Passo 1.1: Comprometer-se com abastecimento legal	6
Passo 1.2: Definir responsabilidades e garantir competências.....	7
Passo 1.3: Estabelecer procedimentos documentados	7
Passo 1.4: Estabeleça um controlo de qualidade e monitorização de desempenho	7
Passo 1.5: Alcance do sistema de devida diligência	8
Passo 2: Informação e gestão da cadeia de abastecimento	8
Passo 2.1: Recolher informações da cadeia de abastecimento	9
Passo 2.2: Registrar informação do fornecedor.....	10
Passo 2.3: Avalie informação e documentos	11
Passo 2.4: Recolher informação adicional da cadeia de abastecimento.....	13
Passo 3: Análise de Risco	14
Passo 3.1: Identificação de Risco	14
Passo 3.2: Mapear a Cadeia de Abastecimento	15
Passo 3.3: Especificar o risco.....	15
Passo 3.4: Verificar a presença de não-conformidades	16
Passo 3.5: Registrar conclusões da análise de risco.....	16
Passo 4: Mitigação de Risco	18
Passo 4.1: Identificar ações de mitigação de riscos.....	18
Passo 4.2: Obter consentimento dos fornecedores	19
Passo 4.3: Plano e registo de acções mitigação de risco	19
Passo 4.4: Implemente acções de mitigação de risco	20
Passo 4.5: Avaliar a eficácia das ações de mitigação de riscos	20
Anexo 1: Normas e Ferramentas DDS da NEPCon.....	22
Anexo 2: Directrizes de Identificação de Risco.....	25
Categorias de risco conclusivas	26
Acesso a informação	26
Espécies	26
Estatuto de certificação / verificação.....	27
Complexidade da cadeia de abastecimento	28
Comércio e transporte	28
Anexo 3: Directrizes de Especificação de Risco	30
Mapeando a Cadeia de Abastecimento	30

Processo de especificação de risco.....	30
Anexo 4: Directrizes de Mitigação de Risco	32
Controlo do Risco.....	32
Evitar riscos.....	33
Anexo 5: Directrizes de Auditoria a Fornecedores	36
Objetivos de verificação	36
Alcance da auditoria	36
O papel do fornecedor no processo de verificação	37
Preparação de auditoria	37
Avaliação de entidades de processamento e comércio	38
Avaliação das empresas de gestão florestal (OGF's).....	38
Competência do auditor	38
Avaliação de conformidade.....	39
Relatórios	39

Introdução

Estas diretrizes fornecem orientação passo a passo sobre como implementar um Sistema de Devida Diligência (DDS do inglês), incluindo como usar as ferramentas e os modelos do sistema.

O DDS consiste em ferramentas que foram desenvolvidas para apoiar as empresas em todo o mundo na exclusão de madeira ilegal de suas cadeias de abastecimento. O sistema foi concebido para satisfazer todos os requisitos do Regulamento da UE sobre madeira, bem como a Lei Lacey Act dos EUA e a Lei Australiana de Proibição da Exploração Madeireira Ilegal. Embora não sejam 100% idênticos, essas legislações sobrepõem-se significativamente no alcance e na intenção.

Nota: Os seguintes símbolos são usados em todo este documento:



Refere-se a ferramentas específicas que são úteis em determinadas etapas do processo de devida diligência.



Fornecer orientação ao utilizador e informações relevantes específicas.

Aviso Legal: O Sistema de Devida Diligência da NEPCon (DDS) tem como objetivo apoiar as empresas na gestão do risco de abastecimento, produção e venda de produtos florestais que foram ilegalmente explorados, transportados ou comercializados. A responsabilidade pelo uso do DDS permanece com a pessoa ou entidade jurídica que usa o sistema. A NEPCon renuncia a qualquer responsabilidade pelo uso do sistema e não assumirá qualquer responsabilidade por qualquer perda ou dano causado pela utilização do DDS da NEPCon.

Orientações de Devida Diligência da NEPCon

Essas diretrizes descrevem uma abordagem gradual para implementar a devida diligência que apoiará a conformidade com os regulamentos vigentes do mercado, como o Regulamento da Madeira da UE, a Lei Lacey Act, a Lei de Proibição da Exploração Ilegal de Austrália, etc.

Passo 1: Reunir os requisitos do Sistema de Devida Diligência

A devida diligência envolve a implementação consistente de sistemas e procedimentos. Portanto, o DDS da NEPCon inclui vários modelos que podem ser usados para garantir que os sistemas e procedimentos sejam efetivamente desenvolvidos e implementados. Os modelos específicos são referenciados para cada passo abaixo.



Figura 1: Visão geral do Sistema de Devida Diligência passo a passo

Passo 1.1: Comprometer-se com abastecimento legal

Estabeleça uma política que seja a base do seu compromisso de implementar a devida diligência. A política deve ser assinada pela alta administração.



Usar o **Formulário de Política (Policy Template DD-03)** e adaptá-lo à sua Organização.



Você pode reduzir o alcance do compromisso no modelo, desde que a legalidade ainda esteja incluída. Você também pode escolher um formato diferente e incluir idiomas diferentes. No entanto, a política precisa sempre de cumprir os princípios básicos de que as Organizações devem ter uma política escrita, publicamente disponível, aprovada a nível executivo, afirmando um compromisso organizacional para a produção e / ou abastecimento de forma responsável evitando a produção e / ou

comércio de produtos florestais que foram explorados, negociados ou processados em violação da legislação nacional aplicável e dos tratados internacionais ratificados.

Passo 1.2: Definir responsabilidades e garantir competências

Para garantir a implementação adequada do seu sistema de devida diligência, atribua responsabilidade para atividades específicas a pessoas ou cargos relevantes. A responsabilidade geral pelo DDS também é atribuída a uma posição.

As responsabilidades devem ser atribuídas a pessoas ou posições que tenham as competências necessárias para a tarefa. As pessoas designadas precisam de autoridade suficiente e acesso a recursos adequados para efetivamente implementar o DDS.



As responsabilidades e competências do pessoal deveriam estar documentadas, conforme o **Formulário de Procedimentos da Devida Diligência (DD-02)**.

Passo 1.3: Estabelecer procedimentos documentados

Desenvolver procedimentos escritos que abranjam todos os aspectos do DDS. Os procedimentos devem ser assinados pela administração de topo.



Use o **Formulário de Procedimentos da Devida Diligência (DD-02)** como base e adapte-o à sua Organização.

Passo 1.4: Estabeleça um controlo de qualidade e monitorização de desempenho

Establish a system for monitoring compliance with the devida diligência requirements. The system should include internal monitoring of:

- The DDS to ensure the system functions effectively, responsibilities are clear, and procedures are implemented; and
- Supply chains to ensure that risk assessments are reviewed annually and whenever supply chains change.

The monitoring system may also include monitoring of suppliers, where an own-verification programme is applied (see Annex 5 for more details).

As part of the quality control system, procedures should be developed to record and address substantiated complaints from stakeholders regarding the DDS and legality risk in supply chains.

Estabeleça um sistema para monitorar o cumprimento dos requisitos de devida diligência. O sistema deve incluir o monitoramento interno de:

- O DDS para garantir que o sistema funcione efetivamente, as responsabilidades são claras e os procedimentos são implementados; e
- Cadeias de abastecimento para garantir que as avaliações de risco sejam revistas anualmente e sempre que essas cadeias mudem.

O sistema de monitorização também pode incluir monitorização de fornecedores, onde um programa de verificação próprio é aplicado (ver Anexo 5 para mais detalhes).

Como parte do sistema de controlo de qualidade, os procedimentos devem ser desenvolvidos para registrar e abordar reclamações fundamentadas das partes interessadas sobre o DDS e o risco de legalidade nas cadeias de abastecimento.

Passo 1.5: Alcance do sistema de devida diligência

Delinear o alcance é uma atividade central do processo de devida diligência. É necessário definir e documentar fornecedores, produtos, cadeias de fornecimento de materiais e fontes de madeira cobertas pelo sistema de devida diligência.

Passo 2: Informação e gestão da cadeia de abastecimento

Uma atividade chave no seu DDS é garantir o acesso a informações sobre as suas cadeias de abastecimento e fontes de produtos de madeira. As informações devem estar disponíveis para um nível de detalhe onde o risco baixo pode ser concluído, ou para um nível onde as ações de mitigação de risco podem ser estabelecidas. Isso se aplica a todos os produtos, tipos de materiais e cadeias de abastecimento.



Note-se que a devida diligência é significativamente mais desafiadora para produtos complexos / compostos que incluem muitas espécies ou materiais de diferentes origens florestais porque a informação deve ser recolhida para todas as fontes de madeira.

Avaliar as informações e os documentos que podem ajudar a indicar o estatuto legal de materiais e produtos é um passo importante no processo de devida diligência. As informações devem ser avaliadas para garantir que informações completas e corretas estejam disponíveis antes que a avaliação de risco possa começar.

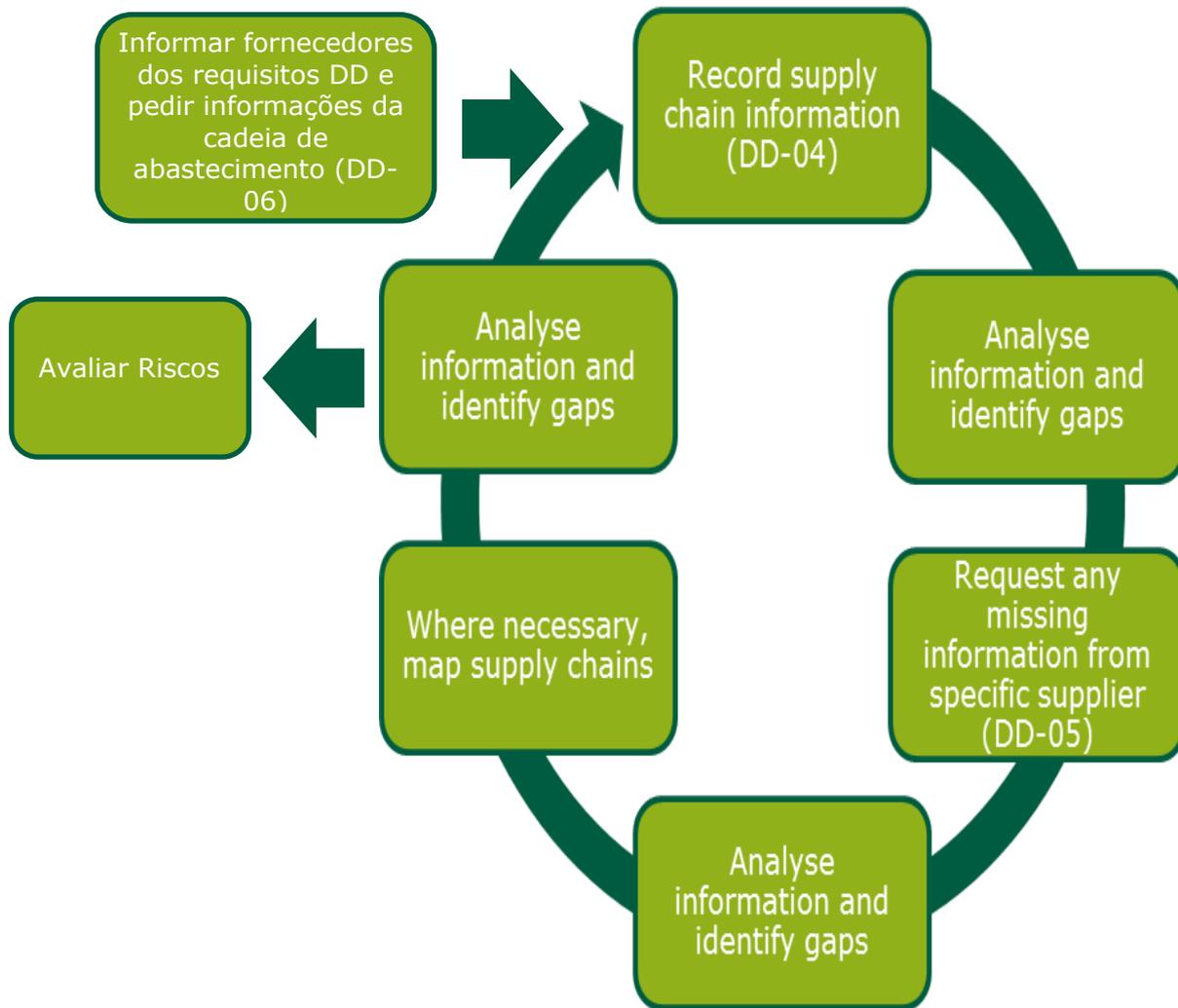


Figura 2: Processo de recolha de informações

Passo 2.1: Recolher informações da cadeia de abastecimento

Um pré-requisito para um eficiente processo de devida diligência é o acesso a um certo nível de informação. Como regra geral, as informações sobre a origem do material devem estar disponíveis para um nível de detalhe que lhe permite tomar decisões justificadas sobre a origem e o risco de exploração, comércio e transporte ilegais. As seguintes informações devem ser recolhidas e registadas no início do processo:

- ✓ o tipo de produto (nome comercial e tipo de produto);
- ✓ as espécies de árvores devem ser claramente identificadas (por nome comercial e nome científico);

- ✓ quantidade de material comprado e vendido (expresso em volume, peso ou número de unidades);
- ✓ o país de origem e, quando necessário, a região sub-nacional de exploração e a concessão de exploração;
- ✓ nome e endereço do fornecedor do qual a Organização comprou material;
- ✓ nome e endereço dos compradores aos quais a Organização forneceu produtos; e
- ✓ o estatuto de certificação / verificação do material.

Para gerir os seus relacionamentos com fornecedores e garantir que você obtenha acesso a informações suficientes sobre a cadeia de abastecimento, informe todos os fornecedores de suas atividades de devida diligência e solicite sua colaboração. Certifique-se de informar os fornecedores por escrito e receber a confirmação por escrito de que eles entenderam seus requisitos de devida diligência e concordam em fornecer informações suficientes.



Adapte e envie a **Carta do Fornecedor (DD-06)** a todos os fornecedores no início do processo de devida diligência. Receba uma cópia assinada do Fornecedor para indicar que eles entendem e concordam em colaborar.



Você pode querer incluir requisitos para fornecer informações relevantes e precisas sobre a cadeia de abastecimento nos seus contratos comerciais com fornecedores, em vez de / além de usar a **Carta do Fornecedor (DD-06)**.



Use o **Formulário de Informações do Fornecedor (DD-05)** para recolher informações da cadeia de abastecimento diretamente de Fornecedores. Este formulário pode ser enviado diretamente aos fornecedores junto com a **Carta do Fornecedor (DD-06)**. Peça aos fornecedores que completem e devolvam o formulário ou seções específicas dele.



Caixa 1: Colaboração com fornecedores

Adapte e envie a Carta do Fornecedor (DD-06) a todos os fornecedores no início do desenvolvimento. O trabalho com os fornecedores em todas as etapas da implementação da devida diligência é fundamental. Uma estreita relação de trabalho com seus fornecedores facilita seu acesso a informações, bem como sua capacidade de avaliar e mitigar riscos.

Comunicação e colaboração com fornecedores e sub-fornecedores é uma atividade chave em todas as etapas do seu processo de diligência devida.

Passo 2.2: Registrar informação do fornecedor

Registre informações relevantes sobre suas cadeias de abastecimento. Onde informações adicionais são necessárias sobre as cadeias de fornecimento, entre em contato com seu fornecedor e peça-lhes que completem o retorno do fornecedor.



Use o **Formulário de Gestão de Fornecedores (DD-04)** para registrar informações relevantes sobre suas cadeias de abastecimento com base em seu conhecimento existente. Este documento pode ser usado como seu documento mestre, fornecendo uma visão geral de todas as suas cadeias de abastecimento. Para produtos compostos, o formulário contém uma guia separada para registrar informações sobre cada tipo de material que compõe os produtos componentes.

Passo 2.3: Avalie informação e documentos

Avaliar informações e documentos recolhidos de fornecedores é uma parte vital do processo de devida diligência. Se a informação sobre um produto estiver faltando, ou se a informação for inadequada para permitir avaliações efetivas de risco, isso constitui um risco que deve ser mitigado para que seja possível uma avaliação de risco adicional.

Caixa 2: Avaliação de Documentos

Embora documentos e registros devam ser recolhidos para permitir a avaliação de risco; A recolha de documentos não é um requisito autônomo. Documentos sem relação comprovada com o produto ou que podem ter sido gerados ilegalmente não têm valor na avaliação de riscos. Para avaliar o valor dos documentos, algumas preocupações devem ser avaliadas:

- **O documento está relacionado ao produto?**

Muitas vezes, os documentos são disponibilizados como meio de indicar a legalidade nas cadeias de abastecimento. No entanto, pode ser um desafio avaliar como esses documentos se relacionam com a cadeia ou material do fornecimento específico. Muitas vezes, não é possível chegar a uma conclusão firme sobre a relação dos documentos com as cadeias de abastecimento, mas existem certos indicadores que podem ser usados para avaliar a probabilidade de não serem. Isso pode incluir questões como data de emissão, localização do corpo emissor, tipos de licenças (tipos de floresta), identificação de espécies em documentos, volumes, qualidades e dimensões do material em documentos e fatores de conversão através do processamento.

- **A validade do documento pode ser verificada?**

A validade dos documentos é muito difícil de avaliar. Em muitos países com altos níveis de corrupção, é possível comprar documentos originais através de práticas corruptas para cobrir atividades ilegais na cadeia de abastecimento. Nesses casos, pode não ser possível distinguir documentos válidos de inválidos. Em certos casos, a qualidade do logótipo e a disposição do documento podem ser utilizadas como indicação de fraude. Isso foi documentado com certificados de Cadeia de Custódia e Gestão Florestal.

- **O documento é relevante para a avaliação da legalidade?**

A relevância dos documentos para a cadeia de abastecimento pode ser avaliada em termos do papel que o documento desempenha na indicação de legalidade. Cada documento deve ser avaliado e a sua relevância para a legalidade na etapa específica da cadeia de fornecimento identificada. A NEPCon publicou vários perfis de país que incluem uma lista de documentos-chave para diferentes partes de uma cadeia de abastecimento.

Alguns países também possuem "Guias de documentos" detalhados, que incluem cópias de documentos de exemplo e informações-chave que eles contêm.

Consulte o **Anexo 2** para obter novas diretrizes de identificação de risco relacionadas à avaliação de documentos da cadeia de abastecimento.

A caixa 2, acima, fornece orientação sobre a avaliação dos documentos da cadeia de abastecimento fornecidos pelos fornecedores. A Tabela 1 fornece uma lista não exaustiva de exemplos de documentação da cadeia de abastecimento que podem ser relevantes para avaliar o risco de legalidade da madeira.

Tabela 1: Exemplos de evidências documentais relacionadas com as cinco principais categorias de legalidade

	Categoria de Legalidade	Tipo de registros Geralmente disponível em papel ou formato eletrônico e.g.:
	<ul style="list-style-type: none">1. Documentação de direitos de exploração de madeira dentro dos limites legalmente publicados.	<ul style="list-style-type: none">• Documentação de propriedade / direitos de uso do solo• Contratos ou contratos de concessão• Licença de concessão• Mapas de concessão• Licenças de exploração
	<ul style="list-style-type: none">2. Pagamentos por direitos de exploração de madeira, incluindo deveres relacionados com a mesma.	<ul style="list-style-type: none">• Contratos comerciais• Licenças de exploração• Notas bancárias• Documentação do IVA• Receitas fiscais oficiais
	<ul style="list-style-type: none">3. Legislação de exploração de madeira, incluindo a legislação ambiental e florestal, incluindo conservação florestal e da biodiversidade, onde diretamente relacionado à exploração de madeira.	<ul style="list-style-type: none">• Relatórios oficiais de auditoria• Certificados ambientais de corte• Planos de exploração aprovados• Licenças de exploração• Relatórios de corte final• Informações publicamente disponíveis que demonstram rigorosa supervisão legislativa e procedimentos de controlo de madeira• Documentos oficiais emitidos pelas autoridades competentes do país de origem, etc.



- 4. Os direitos legais de terceiros em relação ao uso e posse que são afetados pela exploração de madeira, bem como os direitos dos trabalhadores.

- Avaliações de impacto ambiental
- Planos de gestão ambiental
- Relatórios de auditoria ambiental
- Contratos de responsabilidade social
- Relatórios específicos sobre reivindicações e conflitos de posse e direitos
- Registos de saúde e segurança



- 5. Comércio e alfândega, no que se refere ao setor florestal.

- Licença de transporte
- Passaporte de remoção de toros
- Contratos
- Notas bancárias
- Notas comerciais
- Licenças de importação / exportação
- Receitas oficiais para direitos de exportação
- Listas de Exportação proibida
- Quotas de Exportação

Passo 2.4: Recolher informação adicional da cadeia de abastecimento

Depois de recolher e avaliar informações e documentação de apoio dos fornecedores, você pode ter identificado lacunas nas informações da sua cadeia de abastecimento, ou preocupações sobre a relevância, precisão ou aplicabilidade das informações fornecidas. Nesta etapa, você recolherá informações adicionais para fechar lacunas ou resolver preocupações.

Se você não possui informações suficientes para avaliar corretamente o risco, você precisa recolher mais informações sobre seus fornecedores e / ou a origem do produto. Por exemplo, pode haver falta de informações sobre o país de origem, sobre a cadeia de abastecimento ou sobre espécies.



Use a **Ferramenta de mapeamento da cadeia de abastecimento (DD-07)** para registrar detalhes sobre cada cadeia de abastecimento. Isso pode ser usado onde a informação é necessária sobre os fornecedores atualizados ou a estrutura / complexidade da cadeia de abastecimento.



Uma vez que as informações adicionais foram recolhidas, você deve atualizar informações no **Formulário de gestão de fornecedores (DD-04)** para obter uma visão geral completa do fornecedor.

Passo 3: Análise de Risco

O objetivo da avaliação de risco é identificar produtos ou cadeias de abastecimento onde existe o risco de que o material que entra na cadeia de abastecimento foi ilegalmente colhido, transportado ou negociado. Na Etapa 2, você garantiu o acesso a informações sobre suas cadeias de abastecimento. Na Etapa 3, você deve avaliar o risco de inclusão de material ilegal nesses produtos.

O passo de avaliação de risco pode ser dividido em duas partes distintas: **Identificação de Risco** e **Especificação de Risco** (mostrado na Figura 3, abaixo). Esta seção apresenta a identificação e especificação do risco, bem como a verificação da presença de incumprimento legal na cadeia de abastecimento.

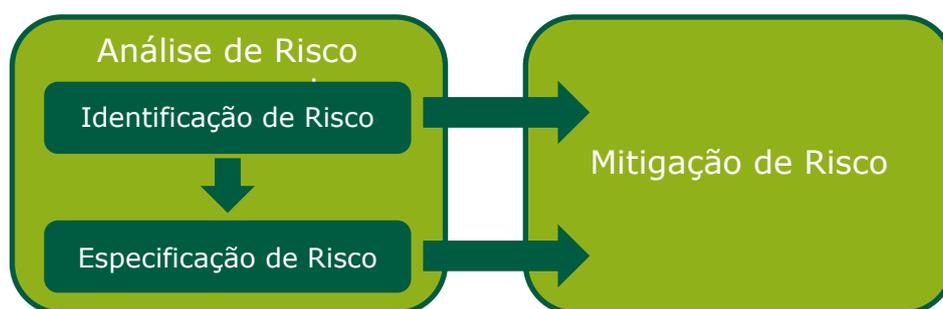


Figura 3: O processo de Análise de Risco

Os riscos podem ser identificados em diferentes níveis: país, sub-nacional ou florestal. O processo mais eficiente envolve a identificação do risco a nível nacional primeiro, seguido de uma especificação de risco mais detalhada a nível subnacional ou florestal (quando aplicável).

A fonte de risco pode variar entre diferentes produtos, cadeias de abastecimento ou espécies. A avaliação de risco deve, portanto, considerar o seguinte:

1. Risco de violação legal em conexão com operações de **gestão florestal** e corte;
2. Risco de violação legal durante o **comércio e transporte** do material ao longo da cadeia de abastecimento;
3. Risco de que o material **legalmente cortado seja misturado** com outros materiais durante o processamento e comercialização.



Note-se que a avaliação de risco muitas vezes não é realizada num único processo linear, mas tipicamente envolve etapas interativas. Por exemplo, se você recolheu informações adicionais sobre um produto, é necessário reavaliar a integridade dessas informações. As informações recém-recolhidas também podem dar origem a processos renovados de identificação e especificação de riscos.

Passo 3.1: Identificação de Risco

A identificação inicial de risco constitui a base do processo de avaliação de risco e, muitas vezes, pode ser detalhada o suficiente para tomar decisões justificadas sobre

como proceder com a gestão de riscos. O risco pode ser facilmente identificado em várias categorias diferentes:

- ✓ Acesso à informação
- ✓ Espécies
- ✓ Origem
- ✓ Certificação / estatuto de verificação
- ✓ Complexidade da cadeia de abastecimento
- ✓ Comércio e transporte



O **Anexo 2 destas diretrizes** introduz o processo de identificação de risco.



O **formulário de lista de verificação de identificação de risco (DD-08)** fornece um modelo para conduzir a identificação de riscos em cadeias de abastecimento específicas. Insira os achados de risco detalhados na lista de verificação, lembrando-se de registrar as fontes de informação usadas / evidências recolhidas, processo de avaliação de risco, justificação e conclusão de risco.



Além disso, registre a conclusão do risco no **Formulário de Gestão de Fornecedores (DD-04)** para fornecer uma visão geral do risco em todas as cadeias de abastecimento.



A conclusão da análise de risco deve ser "Baixo" ou "Especificado"

Se o risco tiver resultado como "Baixo" usando o **Anexo 2 destas diretrizes e DD-08**, pode concluir-se que o produto para ter um baixo risco de exploração madeireira ilegal e nenhuma outra ação precisa ser tomada.

Se, por outro lado, não se puder concluir que o risco seja baixo, avance para o próximo passo no processo de devida diligência.

Passo 3.2: Mapear a Cadeia de Abastecimento

Onde o risco foi identificado, sugere-se mapear detalhadamente a cadeia de abastecimento para avaliar e especificar os riscos (se ainda não tiver sido feito).



A **Ferramenta de mapeamento da cadeia de abastecimento (DD-07)** pode ser usada para registrar informações da cadeia de abastecimento em um nível detalhado.

Passo 3.3: Especificar o risco

Se você não conseguir concluir "baixo risco" para qualquer produto usando as etapas 3.1 - 3.2, você precisa especificar o risco para avaliar se e como o risco identificado pode ser atenuado. Alternativamente, vá para a etapa 4 e implemente mitigação de risco

imediatamente sem especificações adicionais, se houver opções óbvias para mitigação de risco, por exemplo, substituindo o fornecedor.



O **Anexo 3** destas diretrizes fornece orientações sobre como especificar riscos.



Mesmo que um país, região, espécie ou tipo de produto tenha um risco associado a certas inconsistências legais, isso pode não estar necessariamente presente na sua cadeia de abastecimento. Portanto, é necessário avaliar os riscos para cada cadeia de abastecimento individual.



Análises detalhadas de risco de legalidade florestal para mais de 60 países podem ser encontradas no site da NEPCon www.nepcon.org. Estas devem ser usadas para identificar áreas específicas de risco de legalidade e garantir que as ações de mitigação adequadas são implementadas.



Quando uma avaliação de risco nacional não está disponível, as **Diretrizes de Especificação de Risco de Legalidade Florestal (DD-09)** e **Modelo (DD-10)** podem ser usadas para especificar risco contra a categoria de lei onde o risco foi identificado.

Passo 3.4: Verificar a presença de não-conformidades

Antes que um risco possa ser mitigado, deve-se verificar que o potencial incumprimento legal está de fato presente na cadeia de fornecimento definida.



A norma **LegalSource Standard¹ anexo 1 e 2** contém tabelas com verificadores para os riscos de legalidade da cadeia de abastecimento e da floresta, respectivamente. Além disso, o **modelo de relatório de auditoria do fornecedor NEPCon (DD-14)** pode ser usado durante auditorias de fornecedores para confirmar o nível de conformidade legal em diferentes níveis na cadeia de abastecimento.

Passo 3.5: Registrar conclusões da análise de risco

Registre todas as conclusões feitas com base em sua avaliação de risco.



Use o **Formulário de Gestão de Fornecedores (DD-04)** para inserir a conclusão de risco para cada fornecedor ou produto.



Se o produto específico é originário de uma cadeia de abastecimento complexa ou é um produto composto, lembre-se

¹ A norma da NEPCon LegalSource Standard estabelece os requisitos legais para a produção e obtenção de madeira legalmente explorada. Ela é usada para avaliar e certificar a devida diligência em fontes legais de madeira. Baixe o norma aqui.: www.nepcon.org/legalsource-standard

de realizar uma avaliação de risco para cada cadeia de abastecimento individual.



A conclusão da avaliação de risco deve ser "Baixo" ou "Especificado".

Caixa 3: Usando a Certificação como parte da Avaliação de Risco

As matérias-primas certificadas de acordo com um sistema de legalidade ou sustentabilidade de terceiros (como FSC, PEFC, VLC ou LegalSource) podem ser uma rota útil para reduzir o risco em suas cadeias de abastecimento. No entanto, não existe uma pista verde para materiais certificados sob a EUTR. A avaliação de riscos ainda deve ser realizada nesses produtos. As perguntas são "por quê?" E "como?"

Embora os esquemas geralmente cubram requisitos semelhantes, cada norma de certificação é diferente. Por conseguinte, é necessário avaliar se o regime de certificação inclui requisitos que abrangem os riscos relevantes para as suas cadeias de abastecimento. Por exemplo, se você identificou que existe risco de saúde e segurança durante as operações de exploração de madeira no país de origem, então você deve garantir que a norma de certificação inclua requisitos claros para que o auditor verifique se a equipa está usando equipamento de proteção individual apropriado (EPI) durante as operações de exploração. Se tal (is) requisito (s) não estiverem incluídos, você não tem garantia de que esse risco tenha sido avaliado / mitigado pelo esquema de certificação em questão. Como resultado, você precisaria implementar medidas adicionais de mitigação de riscos para enfrentar esse risco.

Ao usar a certificação como parte do processo de avaliação de risco, é importante:

- ✓ Conduzir e documentar sua avaliação do esquema de certificação.
- ✓ Mitigar quaisquer lacunas ou riscos relacionados ao esquema de certificação.

Quando um esquema de certificação for encontrado para oferecer um controle suficiente e relevante dos riscos identificados, você deve;

- ✓ Certificar-se de que os materiais que você está comprando chegam com alegações / informações de certificação válidas (por exemplo, a alegação e o código de certificação são exibidos na factura do fornecedor e na documentação de transporte de entrega).
- ✓ Certifique-se de que as alegações / informações de certificação são válidas e precisas (por exemplo, verificando o banco de dados on-line do esquema de certificação ou contactando o corpo auditor).



A **Lista de verificação de avaliação do sistema de certificação (DD-13)** pode ser usada para registrar a avaliação do esquema de certificação.



A **Norma de Avaliação do Esquema de Certificação NEPCon (LS-18)** contém os requisitos formais para a avaliação do sistema de certificação.

Passo 4: Mitigação de Risco

Se for concluído que o risco está presente na cadeia de abastecimento, o risco deve ser atenuado. As medidas de mitigação de riscos devem ser implementadas para todos os produtos ou cadeias de abastecimento que são classificados como "risco especificado". A mitigação deve ocorrer antes que o produto seja comprado / vendido.

Passo 4.1: Identificar ações de mitigação de riscos

Uma vez que tenha sido verificado que as insuficiências subjacentes que originam riscos existem na cadeia de abastecimento, o próximo passo é identificar ações adequadas de mitigação de risco. Identifique e selecione as ações que são efetivas para enfrentar o risco especificado. As medidas atenuantes adequadas dependem do tipo de incumprimento legal potencial em questão. Alguns tipos de incumprimento podem ser verificados por visitas de campo aos locais de exploração (por exemplo, inspecionar os limites da unidade de exploração, o uso pelos trabalhadores de equipamentos individuais de saúde e segurança, o nível de danos causados no solo). Outros podem ser verificados com base no controle de documentos (como formulários de declarações personalizadas, pagamento de royalties, autorizações de trabalho, etc.). Em alguns casos, pode ser necessária uma combinação de diferentes medidas de controle para garantir uma mitigação adequada dos riscos.

Existem dois grandes grupos de ações de mitigação que podem ser empregadas: **prevenção de risco** e **controle de risco** (ver Figura 4). É impossível discutir todas as ações de mitigação de risco e as alternativas não mencionadas neste guia devem ser consideradas, se aplicável, para mitigar o risco em suas cadeias de abastecimento.



O **Anexo 4** destas diretrizes fornece mais detalhes sobre ações de mitigação de risco.

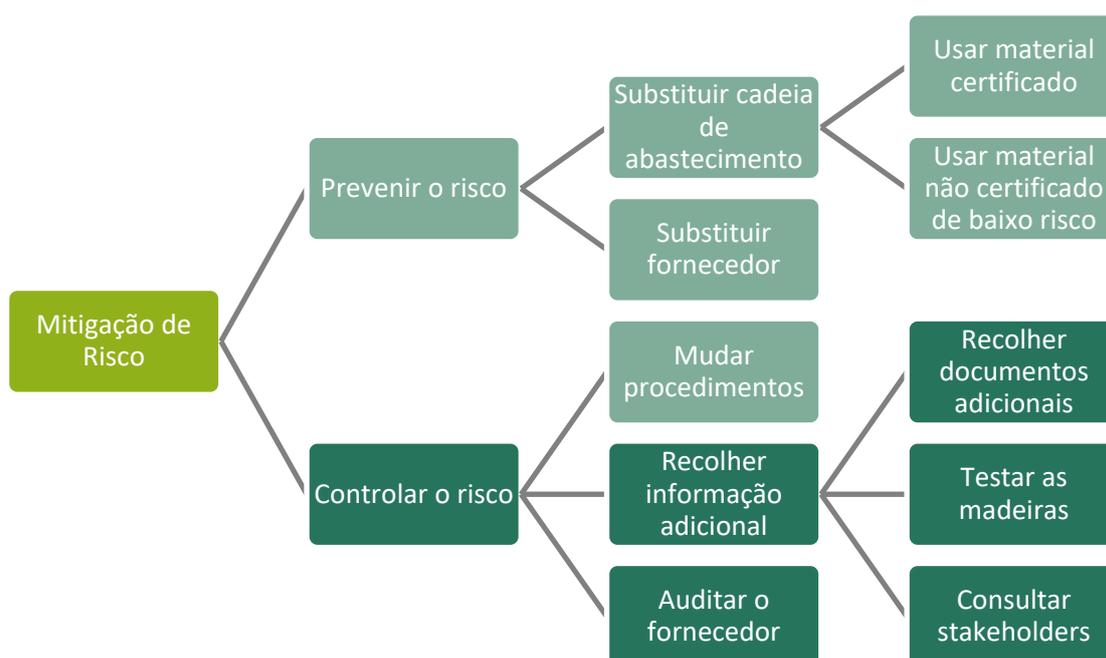


Figura 4: Opções de Mitigação de Riscos

Em quase todos os casos, a mitigação do risco exigirá a colaboração de um ou mais de seus fornecedores. Trabalhar com eles é, portanto, necessário para mitigar os riscos.



Nos casos em que não é viável ou possível trabalhar com fontes ou fornecedores para mitigar ativamente os riscos especificados, as únicas opções são parar de obter esse produto ou mudar para um fornecedor / cadeia de abastecimento que pode ser confirmado como de baixo risco.

Passo 4.2: Obter consentimento dos fornecedores

Para os fornecedores que fornecem material ou produtos que não podem ser confirmados como de baixo risco, o fornecedor ou o sub-fornecedor devem fornecer consentimento por escrito para apoiar sua organização na implementação de ações de mitigação de risco necessárias.



Onde os riscos são especificados nas entidades a montante da cadeia de abastecimento, como a floresta, instalações de processamento primário, etc., elas também devem fornecer consentimento para se adequar aos requisitos. O seu fornecedor desempenhará um papel importante na comunicação e obtenção do consentimento dos sub-fornecedores.



Adapte o **Modelo de Carta do Fornecedor (DD-06)** para enviar aos seus sub-fornecedores para garantir seu consentimento para apoiar atividades de mitigação de risco e permitir que os auditores visitem suas instalações, se necessário.

Passo 4.3: Plano e registo de acções mitigação de risco

Registe todas as ações de mitigação planejadas para acompanhar os riscos e o estatuto da sua mitigação atual.



Use o **Formulário de Gestão de Fornecedores (DD-04)** para planejar e rastrear o estatuto das ações de mitigação de risco.

Caixa 4: Escolhendo a medida certa

O processo de mitigação de risco depende dos riscos especificados durante a avaliação de risco. Você precisa abordar todos os aspectos de risco: risco de exploração ilegal ao nível da floresta, risco de atividades ilegais dentro das entidades da cadeia de abastecimento ou risco de material se misturar com material ilegal na cadeia de abastecimento.

Observe que diferentes ações de mitigação têm diferentes méritos, dependendo do tipo de risco especificado. Algumas ações de mitigação de risco não mitigarão efetivamente os riscos especificados, enquanto a mesma ação pode ser útil para mitigar outros tipos de risco. Por exemplo, a realização de uma auditoria no local de fabrico de seu fornecedor pode proporcionar confiança adicional de que fontes de madeira desconhecidas não estão sendo misturadas com fontes de madeira conhecidas e legais, se observado que o fornecedor possui um sistema robusto de cadeia de custódia no local. No entanto, essa ação de mitigação não ajudaria a mitigar o risco de exploração de madeira usando o trabalho infantil no nível da floresta. Para mitigar esse risco, uma ação de mitigação mais apropriada seria auditorias na unidade de gestão florestal.

Passo 4.4: Implemente acções de mitigação de risco

Depois de ter planejado as ações atenuantes, gerir e supervisionar sua execução



Use o **Formulário de Gestão de Fornecedores (DD-04)** para acompanhar a execução atempada das ações planejadas.



O **Anexo 4 destas diretrizes** fornece orientação sobre opções de mitigação de risco.

A realização de uma auditoria de organizações dentro da cadeia de abastecimento pode ser necessária para mitigar riscos. Isso pode exigir a auditoria de fornecedores no nível florestal (organização de gestão florestal) ou auditando fornecedores dentro da cadeia de abastecimento (serrações, comerciantes, fábricas).



O **Anexo 5 destas diretrizes** fornece orientação sobre a realização de Auditorias de Fornecedores como parte do seu sistema devida diligência.



Adapte e use o **modelo de relatório de auditoria do fornecedor DD-14** para registrar os achados da avaliação do fornecedor.

Passo 4.5: Avaliar a eficácia das ações de mitigação de riscos

Uma vez que as ações de mitigação de risco foram implementadas, avalie sua efetividade numa base regular. É essencial para verificar se as ações de mitigação que você implementou foram eficazes na mitigação do risco identificado. A verificação deve ser realizada regularmente, para garantir que o risco não se repita no futuro.

Tabela 2: Exemplos de riscos, mitigação e ações de verificação

	Risco Especificado	Requisitos de Mitigação	Ações de Mitigação e Verificação
	Riscos de violação de direitos de consuetudinários ao nível da floresta.	Verificar a presença do problema na origem – gerir o incumprimento legal garantindo práticas de gestão, incluindo o respeito pelos direitos consuetudinários.	Auditoria no local, consultas de partes interessadas, entrevistas, revisão de documentos.
	Risco de violação de regulamentos alfandegários.	Verificar a presença do problema na origem - rever os procedimentos, quando necessário, para cumprir os requisitos alfandegários.	Verificação de documentos personalizados e documentos de transporte do fornecedor. Consulta com as autoridades aduaneiras.
	Riscos de violação de regulamentos de exploração relacionados com regulamentação ambiental	Avalie a presença do problema na origem - Unidade de Gestão Florestal, gerente de floresta ou empreiteiro para mudar as práticas de exploração para atender aos requisitos.	Auditorias de verificação de nível florestal com foco na conformidade ambiental em operações florestais.
	Risco de materiais conhecidos e desconhecidos misturados na cadeia de abastecimento.	Trabalhe com a fábrica de fornecedora para mudar os procedimentos de segregação de material entrado e implementar procedimentos de cadeia de custódia para eliminar a mistura.	Auditoria da fábrica fornecedora seguindo a implementação do sistema de cadeia de custódia. Testes à madeira para verificar a ausência de mistura de madeira de diferentes origens.

Anexo 1: Normas e Ferramentas DDS da NEPCon

As ferramentas listadas abaixo estão disponíveis no sistema Devida Diligência da NEPCon, que é gratuito para download no site NEPCon(www.nepcon.org).

Código	Nome	Diretrizes
DD-01	Diretrizes de Devida diligência	Esse documento. Além disso: As Diretrizes de Identificação de Risco do Anexo 2 apresentam o processo de identificação de risco; As Diretrizes de Especificação de Riscos do Anexo 3 apresentam o processo de especificação de risco; As Diretrizes de Mitigação de Riscos do Anexo 4 incluem uma descrição das opções de mitigação de risco para diferentes tipos de riscos especificados; e As Diretrizes de Auditoria do Fornecedor do Anexo 5 fornecem orientação sobre a verificação da conformidade do fornecedor com os requisitos do NEPCon.
DD-02	Formulário de procedimentos de Devida Diligência da NEPCon	Um modelo que você pode usar como base para o seu procedimento de devida diligência. Precisa ser adaptado para refletir os seus sistemas e realidades. O modelo inclui elementos-chave que devem ser incluídos para atender à norma da NEPCon.
DD-03	Formulário de Política de Abastecimento responsável	Uma amostra de política de abastecimento responsável que cobre legalidade e responsabilidade ambiental e social.
DD-04	Formulário de gestão de fornecedores	Este formulário apoia-o a recolher e avaliar informações do fornecedor. Facilita a entrada de informações relevantes sobre fornecedores, fontes e produtos, bem como riscos relacionados identificados usando a lista de verificação de identificação de risco (Anexo 2).
DD-05	Formulário de informação de fornecedores	Este formulário deve ser usado com DD-06 para recolher informações sobre seus fornecedores e os produtos / material que eles fornecem à sua organização. Seus fornecedores precisam preencher este formulário com a maior quantidade possível de informações.
DD-06	Modelo de carta a fornecedores	Modelo de carta para ser usado para pedir informações adicionais aos fornecedores e seu consentimento para ser monitorizado por si ou um corpo auditor designado.
DD-07	Ferramenta de mapeamento de cadeia de abastecimento	Use este formulário para recolher e gerir informações sobre sub-fornecedores e fontes de fornecedores específicos. Útil nos casos em que você precisa de detalhes adicionais da cadeia de abastecimento de seus fornecedores.

Código	Nome	Diretrizes
DD-08	Formulário com listagem de identificação de riscos	Modelo para registrar resultados de identificação de risco para cadeias de abastecimento específicas.
DD-09	Diretrizes de Especificação de Risco de Legalidade Florestal	Guia detalhado para a realização do processo de especificação de risco.
DD-10	Formulário de especificação de risco de legalidade florestal	Modelo do Excel usado no processo de especificação de riscos.
DD-11	Diretrizes de Devida Diligência para OGF's	Diretrizes de Devida Diligência (o equivalente deste documento) para Organizações de Gestão Florestal (OGF's).
DD-12	Modelo de Procedimento de Devida Diligência para OGF's	Um modelo pode ser usado como base de um procedimento devida diligência para Organizações de Gestão Florestal (OGF's). Precisa ser adaptado para refletir os sistemas e as realidades. O modelo inclui elementos-chave que devem ser incluídos para atender a norma da NEPCon.
DD-13	Listagem de verificação de avaliação do esquema de certificação	Modelo para avaliar o alcance e a cobertura dos esquemas de certificação de acordo com sua capacidade de fornecer garantia de fornecimento legal de madeira
DD-14	Modelo de Relatório de Auditoria de Fornecedores	Modelo de relatório a ser usado pela organização que realiza auditorias de verificação de fornecedores.
DD-15	Declaração do produto	Modelo para que os fornecedores forneçam informações importantes sobre os produtos que estão fornecendo.

As normas da NEPCon listadas abaixo estão todas disponíveis gratuitamente para download de www.nepcon.org/legalsource-standard

Code	Name	Guidelines
LS-02	Norma NEPCon LegalSource	A norma da NEPCon LegalSource inclui requisitos para implementar a devida diligência. É recomendável para qualquer empresa que precise administrar o risco de abastecimento ilegal e obrigatório para aqueles que procuram a certificação NEPCon.
LS-15	Procedimentos de Certificação e Alegação do LegalSource	Procedimento para gerir alegações da LegalSource, bem como procedimentos gerais de certificação de fontes legais para organizações que procuram certificação.
LS-18	Norma de Avaliação do Sistema de Certificação NEPCon	Norma que descreve os requisitos para a avaliação dos sistemas de certificação.
NC-STD-01	Norma de Cadeia de Custódia Genérica NEPCon	Norma genérico de Cadeia de Custódia (COC). Pode ser usada pela Organização que implementa um sistema de cadeia de custódia para atender aos requisitos de legalidade ou para auditar a conformidade do Fornecedor com os requisitos do CoC.
NC-STD-02	Norma da NEPCon para Grupos e Multi-Sítios	Norma genérica para certificação de grupo e multi-sítio. Projetado para Organizações que desejam alcançar o Grupo LegalSource ou Certificação Multi-sítio.
NC-STD-03	Norma Própria do Programa de Verificação da NEPCon	Norma genérica para avaliar a organização implementando programas de verificação própria das cadeias de abastecimento. Pode ser usado pela Organização na implementação de um programa de auditoria de fornecedores como parte da certificação LegalSource.

Anexo 2: Diretrizes de Identificação de Risco

O anexo abaixo orienta-o no processo de identificação de risco.



A **lista de verificação de identificação de risco DD-08** fornece um modelo para recolher e registrar os resultados da identificação de risco.

A Lista de Verificação de Identificação de Risco NEPCon (DD-08) é uma ferramenta que pode ser usada pelas Organizações para identificar o risco em cadeias de abastecimento de madeira e papel. A lista de verificação classifica o risco em cinco grandes categorias relacionadas às características da cadeia de produtos e / ou de fornecimento:

- ✓ Acesso à informação
- ✓ Espécies
- ✓ Origem
- ✓ Certificação / status de verificação
- ✓ Complexidade da cadeia de abastecimento
- ✓ Comércio e transporte

Usando a lista de verificação de identificação de risco

A lista de verificação é projetada para ser usada nos estádios iniciais da avaliação de risco, para fornecer uma ampla visão geral do risco nas cadeias de abastecimento. Para iniciar uma avaliação, basta começar na categoria um e avaliar os riscos com base em cada uma das categorias de identificação de risco e subcategorias de risco. As notas de orientação devem ser usadas para informar o processo de tomada de decisão. Os links de apoio para informações relevantes também são fornecidos.

Para cada subcategoria de risco, o usuário deve avaliar o nível de risco para cada produto ou cadeia de abastecimento (onde são utilizadas múltiplas fontes de madeira) e descrever o risco e citar a evidência utilizada. A última coluna pode ser usada para fornecer uma visão geral sobre se o risco é identificado ("risco especificado") para a cadeia de produtos / abastecimento ou se o risco é considerado baixo ("baixo risco").

A avaliação de risco é um processo que requer que o usuário tome uma decisão informada sobre os riscos. A tabela não pode fornecer uma decisão para todos os casos e o usuário é aconselhado a usar o melhor julgamento e aplicar uma abordagem de precaução ao avaliar os riscos. Informações adicionais podem ser necessárias para serem recolhidas de especialistas ou fontes adicionais. É uma boa prática citar a evidência utilizada para alcançar a conclusão do risco e manter registros de toda a documentação, juntamente com a lista de verificação de identificação de risco.

Quando o risco é identificado contra qualquer subcategoria de risco, a especificação de risco deve ser realizada para avaliar com maior precisão a extensão e gravidade do risco na cadeia de abastecimento. Consulte as Diretrizes de especificação de risco de legalidade da floresta NEPCon (DD-09).

Embora o risco possa estar presente contra uma subcategoria, esse mesmo risco pode ter sido controlado proactivamente pela presença de outros fatores de controlo. Por exemplo, o risco de corrupção nas cadeias de abastecimento pode ser negado pelo fato de que as cadeias de fornecimento estão certificadas para uma norma de certificação credível. Nesses casos, o risco deve ser fielmente registado em relação a cada subcategoria na lista de verificação. No final da lista de verificação, os fatores atenuantes relevantes podem ser citados para cada subclasse de risco "especificada" (quando aplicável).

Quando o risco é identificado contra qualquer subcategoria de risco que não seja controlada de forma proactiva, o risco deve ser atenuado antes de colocar o temporizador e os produtos de papel no mercado.

O seguinte explica as categorias de identificação de risco:

Categorias de risco conclusivas

Alguns fatores fornecem um estado de risco claro e conclusivo independentemente da espécie ou origem do material:

- O material fornecido como madeira licenciada CITES ou FLEGT está isento dos requisitos de devida diligência e o risco pode ser classificado como baixo. Deve ser sublinhado que a autenticidade dos documentos deve ser avaliada. Foram encontrados casos onde as licenças CITES não foram suficientes para garantir a legalidade e, portanto, devem ser tomadas precauções.
- Inversamente, a madeira proveniente de países com sanções comerciais activas da ONU ou da UE, incluindo madeira e / ou produtos de madeira, nunca deve ser obtida e deve ser excluída da cadeia de abastecimento. A única maneira de mitigar esse risco é parar de abastecer nesses países².

Acesso a informação

A informação sobre o fornecimento de madeira e produtos de madeira é crucial na avaliação de risco. Faltas de informação, informações incompletas ou falsas constituem um risco que requer mitigação antes que a avaliação de risco possa ser concluída. É necessário avaliar se a informação sobre um produto ou material é suficiente e de uma qualidade que permita que sejam feitas conclusões sobre o risco (ou ausência de risco) associado ao produto ou cadeia de abastecimento específico.

Espécies

Algumas espécies de madeira foram mais frequentemente relacionadas com a exploração ilegal do que outras. Essas espécies podem indicar risco. Contudo, deve ser sublinhado que as espécies isoladas podem não permitir uma conclusão sobre o estatuto de risco e que o risco derivado da área de exploração também deve ser considerado. Portanto, o risco de origem deve ser sempre considerado.

² Na data de publicação, nenhum país se enquadra nesta categoria

Risco de Origem

O risco de exploração ou comercialização de madeira contrária à legislação aplicável no país de exploração é um critério de risco fundamental. No entanto, existem algumas fontes de informação disponíveis para orientar o processo de determinação do risco de atividades ilegais num país. Em princípio, a avaliação do risco de exploração ilegal num determinado país deve levar em consideração a legislação aplicável como foi definido pelo Anexo 1 da **norma LegalSource** da NEPCon como legislação vigente no país de exploração que abrange os seguintes assuntos:

- direitos à exploração de madeira dentro dos limites legalmente publicados,
- pagamentos por direitos de exploração e madeira, incluindo deveres relacionados com a exploração de madeira,
- legislação sobre exploração de madeira, incluindo legislação ambiental e florestal, incluindo gestão florestal e conservação da biodiversidade, onde estejam diretamente relacionados com a exploração de madeira,
- os direitos legais de terceiros relativos ao uso e posse que são afetados pela exploração de madeira e
- comércio e alfândega, no que se refere ao setor florestal.

Avaliações detalhadas de risco de legalidade florestal para mais de 60 países podem ser encontradas no site da NEPCon www.nepcon.org. Para todos os países que não estão cobertos atualmente, há uma série de fontes de informação que podem suportar uma avaliação de risco.

O Global Forestry Registry (GFR) é uma fonte gratuita de informações sobre o risco de abastecimento de madeira controversa em todo o mundo. O registo abrange mais de 150 países em todo o mundo. No entanto, para muitos países, a informação ainda é limitada. Os países listados como "risco não especificado" no Registo Florestal Global para a Categoria 1 (Legalidade) são países onde há maior percepção de risco de exploração ilegal. www.globalforestregistry.org

O Índice de Percepção de Corrupção (CPI) pode fornecer uma primeira indicação do risco, e deve ser dada especial atenção aos países com um IPC abaixo de 50. No entanto, deve ser sublinhado que o risco de atividades ilegais também pode ocorrer em países com índice CPI Acima de 50. Esta escala não fornece uma medida definida de risco: é apenas um indicador. www.transparency.org

Estatuto de certificação / verificação

A certificação ou a verificação de normas reconhecidas podem desempenhar um papel importante na avaliação e mitigação de risco. Para garantir que os sistemas de certificação de terceiros atinjam a regulamentação da madeira da UE, a NEPCon adotou os requisitos para avaliar e reconhecer os sistemas. Deve-se notar que, mesmo que o material seja fornecido com uma alegação de certificação, o Operador deve ainda

garantir que as alegações sejam válidas, que o material em questão é coberto pelo alcance da certificação e que outros requisitos relevantes do sistema de certificação foram cumpridos.

Complexidade da cadeia de abastecimento

Os riscos originários da cadeia de abastecimento incluem o risco de o material recebido não corresponder às informações que acompanham os embarques, o que significa que o produto foi contaminado com material com origem ilegal.

Esse risco ocorre principalmente quando a organização compra o mesmo tipo de material que as entidades em sua cadeia de abastecimento que compram de diferentes fontes ou origens que podem ser ilegais.

Em essência, isso se refere ao risco de material legal ser misturado com material com origem desconhecida ou ilegal. Os tipos de material a serem manipulados e o risco de mistura devem ser avaliados para cada entidade na cadeia de abastecimento.

Comércio e transporte

Mesmo que o material provenha de florestas exploradas legalmente, pode haver atividades ilegais na cadeia de abastecimento relacionadas ao manuseio, comércio e transporte do material. O Anexo 2 desta norma contém a definição de questões que precisam ser consideradas ao avaliar a legalidade das entidades de processamento e transporte incluídas no alcance de um sistema robusto devida diligência.

Anexo 3: Diretrizes de Especificação de Risco

Este anexo define o processo de especificação de riscos, onde a identificação do risco inicial concluiu que o risco está presente e as informações disponíveis sobre esses riscos fornecem detalhes insuficientes para permitir uma mitigação efetiva do risco.

Quando os riscos são identificados, é necessário especificar o risco para cada cadeia de abastecimento para permitir uma mitigação efetiva do risco.



Note-se que o processo de especificação de riscos a nível nacional ou sub-nacional é um processo complexo que exige uma pesquisa aprofundada e capacidade local. Pode não ser possível que muitas organizações se envolvam em um processo desse tipo. Avaliações detalhadas de risco de legalidade florestal para mais de 60 países podem ser encontradas no site da NEPCon www.nepcon.org.

Mapeando a Cadeia de Abastecimento

O mapeamento da cadeia de abastecimento é um pré-requisito para a especificação de risco efetiva. Para especificar todos os riscos relevantes ao nível apropriado, é necessário ter informações suficientemente detalhadas sobre todas as entidades da cadeia de abastecimento.



A Ferramenta de mapeamento de cadeia de abastecimento DD-07 fornece um modelo para Recolhar e registrar informações da cadeia de abastecimento.

Uma vez que a cadeia de abastecimento foi mapeada para o nível apropriado, a especificação de risco pode ocorrer.

Processo de especificação de risco

1. Avaliação da linha de base

Inicialmente, o **alcance e a escala espacial / funcional** relacionados ao país / região devem ser definidos - isso pode significar subdividir a avaliação em áreas específicas ou regiões (ou países). Estes são utilizados para **identificar possíveis "Critérios e sub-critérios"** adicionais que precisam ser atendidos para satisfazer a Categoria e cada novo "Critério e subcritério" deve ser acompanhado de texto de orientação.

2. Pesquisa

Reveja os critérios / critérios secundários recentemente identificados e os cinco Critérios genéricos e sub-critérios, e identifique o seguinte para cada sub-categoria, ao usar a escala espacial aplicável ao longo de:

- a. Leis e regulamentos aplicáveis;
- b. Autoridade legal;
- c. Documentos ou registos legalmente necessários; e
- d. Fontes de informação.

3. Descrição do risco

- a. Descreva os possíveis riscos que podem ser associados à categoria e aos critérios e sub-critérios específicos associados.
- b. Avalie o nível de risco que a não conformidade esteja presente, considerando:
 - i. Limiar de conformidade, considerando a extensão, escala e prazo;
 - ii. Nível de corrupção;
 - iii. Problemas governamentais; e
 - iv. Informação disponível.
- c. Justifique os riscos existentes avaliados, referindo-se ao acima (limiar, corrupção, descrição, etc.).

4. Especificação de risco

Especifique cada critério e sub critério como um risco especificado ou "risco baixo", com base na avaliação.

5. Estabelecimento de medidas de controlo e verificadores

- a. Identifique a medida / verificadores de controle aplicáveis na lista de medidas / verificadores de controle genéricos.
- b. Identifique mais medidas de controle / verificadores para cada critério e sub critério. Os verificadores estabelecidos e as medidas de controle devem ser utilizados para:
 - 1) Verificar a presença ou ausência de incumprimento em que os riscos são especificados; e
 - 2) Mitigar os riscos em que o incumprimento subjacente é confirmado para estar presente em cadeias de abastecimento específicas.



As Diretrizes de Especificação de Risco de Legalidade Floresta DD-09 contém uma descrição detalhada do processo de especificação de risco.



O modelo de especificação de risco de legalidade de floresta DD-10 contém um modelo de Excel para detalhes de especificação de risco.

Anexo 4: Directrizes de Mitigação de Risco

O objetivo desta seção é descrever ações potenciais de mitigação de risco no caso dos riscos de incumprimento legal tenham sido especificados na área de abastecimento. Este anexo cobre o PASSO 4 do processo devida diligência estabelecido neste guia.

Existem dois grandes grupos de ações de mitigação que podem ser empregadas: **prevenção de risco** e **controlo de risco** (ver Figura 5).

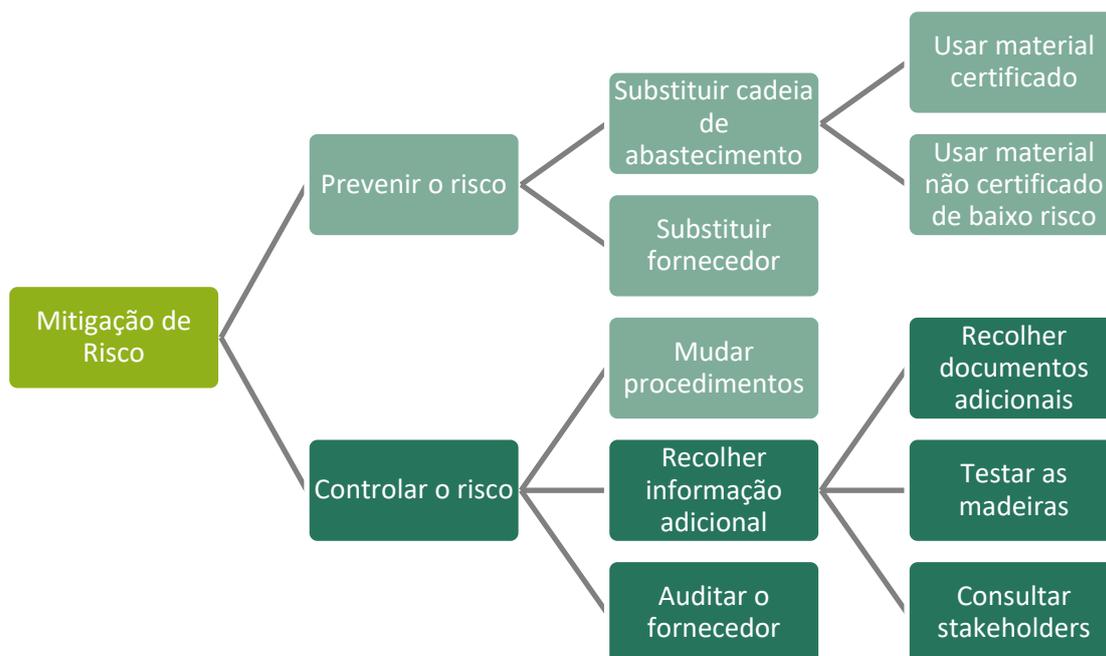


Figura 5: Opções de mitigação de riscos

Controlo do Risco

O risco de controlo pode ser possível em muitas cadeias de abastecimento trabalhando com fornecedores diretos ou sub-fornecedores. Os métodos potenciais para controlar o risco são:

- **Recolha informações adicionais**
 - **Documentos:** isso pode envolver a Recolha de informações adicionais que suportam uma conclusão de baixo risco. Por exemplo, se inconsistências forem detectadas em documentos, documentos adicionais podem ser recolhidos e referenciados para mostrar que o saldo da evidência apoia uma conclusão de baixo risco.
 - **Teste de madeira:** informações adicionais podem ser recolhidas enviando madeira ou produtos de papel para testes laboratoriais. Testes de fibras microscópicas, análises de DNA e testes de isótopos estáveis podem ajudar a verificar espécies e / ou origem de produtos à base de madeira. Essas técnicas podem ser usadas para verificar pedidos de fornecedores ou integridade da documentação onde o risco de fraude está presente.

- Consulta das partes interessadas: onde os recursos acessíveis ao público foram esgotados, pode ser necessário consultar diretamente as partes interessadas. Isso pode incluir, mas não está limitado a; Autoridades governamentais, (documentos) autoridades emissoras, organizações de advocacia, peritos independentes (em silvicultura, direito, economia), organismos de certificação, comunidades locais, etc.
- **Mudança de Procedimentos** : implementar procedimentos adicionais ou alterar os procedimentos operacionais existentes podem ajudar a mitigar riscos. Esta pode ser uma medida de controlo de risco desafiadora para implementar, a menos que os fornecedores estejam totalmente comprometidos em apoiar seu processo de devida diligência. A mudança de procedimentos pode envolver o fornecedor implementando um sistema de cadeia de custódia, para fornecer confiança de que as matérias-primas entradas para os seus produtos não são misturados com entradas de risco desconhecido e potencialmente alto na fábrica. Também pode envolver o fornecedor implementando um sistema robusto de manutenção de registos, para que os documentos da cadeia de abastecimento sejam solicitados e armazenados para cada remessa que você compra.
- **Realizar auditorias de fornecedores.** As auditorias aos fornecedores podem ser conduzidas na origem para verificar a não conformidade nos requisitos de legalidade no nível da floresta, p.ex. Exploração dentro dos limites legais publicados da concessão/exploração. Ou podem ser conduzidos em qualquer ponto da cadeia de abastecimento, por ex: numa serração, fábrica de móveis, fábrica de papel, escritório comercial, etc. As auditorias da cadeia de abastecimento geralmente concentram-se em garantir o comércio legal e a cadeia de custódia.
 - **Auditorias por segunda-parte:** as auditorias de segunda-parte são aquelas realizadas por um membro da sua organização, junto do seu fornecedor.
 - **Auditorias por terceira-parte:** auditorias por terceiros são aquelas conduzidas por uma organização independente em seu nome. As organizações geralmente preferem empregar um especialista em terceiros especializado na realização de auditorias de fornecedores, para adicionar credibilidade ao processo de verificação.

Consulte o **Anexo 5** para obter orientações detalhadas sobre a avaliação do fornecedor.

Evitar riscos

As medidas de prevenção de risco visam ignorar ou excluir o risco identificado da cadeia de abastecimento. Isso pode incluir:

- **Mudança das cadeias de abastecimento.** Fazer mudanças nas cadeias de fornecimento pode ser feito em colaboração com fornecedores para evitar o risco associado a espécies, materiais ou origens particulares. Por exemplo, quando há provas claras de que uma espécie é muitas vezes colhida ilegalmente no país de origem, os fornecedores podem fornecer a mesma espécie de países de menor risco, onde a colheita ilegal não é um risco.

Alternativamente, o uso de cadeias de fornecimento certificadas por um esquema independente de certificação de terceiros pode oferecer mitigação robusta. Ao

considerar se deve usar materiais certificados, você deve considerar o alcance e a integridade do esquema de certificação em questão, para garantir que o esquema cubra o risco específico identificado em sua (s) cadeia (s) de abastecimento.

- **Substituição de fornecedores.** Quando um fornecedor não está disposto a trabalhar com você para implementar outras ações de mitigação, a única opção pode ser o fim do relacionamento com esse fornecedor. Muitas vezes, os fornecedores diretos estão dispostos a se envolver no processo de mitigação de risco, mas os sub-fornecedores não são. Nestes casos, pode ser necessário concordar com o fornecedor direto de que apenas alguns sub-fornecedores de reclamações devem ser usados para seus produtos.

Atividade de mitigação de risco	Explicação	Exemplos aplicáveis
Colaboração de fornecedores/ mudança de procedimentos	A estreita colaboração com os fornecedores é uma questão fundamental da gestão dos riscos da cadeia de abastecimento. Portanto, comunicando-se claramente e trabalhando em estreita colaboração com fornecedores será uma atividade chave em quase qualquer atividade de mitigação de risco.	Combinação de identificar o risco, concordando com a ação de mitigação de risco com o fornecedor (juridicamente vinculativo), garantindo que o fornecedor seja competente para implementar as ações e verificando que as ações tomadas são e eficazes
Consulta de Partes Interessadas	A consulta com as partes interessadas pode ser feita de várias maneiras, dependendo do tipo e localização do grupo ou entidades a serem consultadas. Onde grandes grupos precisam ser consultados, reuniões ou workshops podem ser organizados para reunir informações e contributos. Se a consulta envolver alguns indivíduos ou entidades individuais, as entrevistas podem ser realizadas pessoalmente ou por telefone ou email.	A avaliação de possíveis violações dos direitos de terceiros em relação às atividades de gestão florestal pode incluir a consulta com grupos ou entidades que potencialmente possuem direitos sobre a área em questão. Deve salientar-se que o (s) tipo (s) de partes interessadas relevantes para diferentes tipos de avaliações difere. Em alguns casos, as partes interessadas serão limitadas, por exemplo, funcionários governamentais, enquanto que em outros casos, grupos relevantes podem incluir representantes de pessoas indígenas, ONGs e / ou comunidades locais.
Verificação de documentação	A avaliação documental é relevante somente quando os documentos podem ser conectados ao material ou ao produto em questão. O controle de documentos envolve a avaliação da validade e correção	A verificação de documentos pode ser usada para verificar a existência de licenças de exploração válidas para uma área de floresta definida.

Atividade de mitigação de risco	Explicação	Exemplos aplicáveis
	<p>de documentos relacionados à origem e legalidade das atividades de gestão florestal, comércio ou processamento e pode envolver vários tipos de documentos e registros. Isso também pode incluir a falta de documentação que é crítica para qualquer informação da cadeia de abastecimento ou provando certos aspectos da legalidade.</p>	
<p>Auditorias de verificação / campo</p>	<p>Onde foi especificado que o risco não pode ser avaliado por revisão de documentos, podem ser necessárias auditorias no local de áreas específicas ou entidades para confirmar que as atividades realizadas são legais. A verificação no local só é eficaz quando o risco se relaciona com atividades que exigem observação no terreno. No entanto, deve-se ressaltar que a verificação de campo é uma ferramenta chave para avaliar a eficácia das ações de mitigação de risco.</p>	<p>Se o risco especificado se refere, por ex: as práticas de exploração, observações no local da exploração são necessárias para avaliar a relevância do risco especificado no sítio específico. Isso pode envolver a avaliação do uso de equipamentos de segurança durante a exploração ou a aplicação de métodos de exploração específicos exigidos por lei.</p>
<p>Verificação por entidades terceiras</p>	<p>A verificação por terceiros pode ser usada quando a organização que se envolve na certificação da NEPCon não opta por implementar seu próprio sistema de verificação. Neste caso, um terceiro pode ser contratado para realizar as avaliações necessárias em nome da organização.</p>	<p>A verificação por entidades terceiras pode ser aplicada para todos os tipos de auditorias de verificação, no nível de processamento e no nível da floresta. Um exemplo pode ser uma avaliação da capacidade de uma instalação de processamento para separar materiais que transportam diferentes alegações ao longo do processamento. Isso permite que a organização verifique se eles não arriscam matéria-prima com origem desconhecida ou ilegal que tenha sido misturada em seus produtos durante o processamento.</p>

Tabela 5: Exemplos de medidas de mitigação de riscos

Anexo 5: Directrizes de Auditoria a Fornecedores

As auditorias de verificação de fornecedores podem ser necessárias para determinar se um risco de incumprimento legal está presente na fonte / fornecedor. A verificação também pode ser usada se ações de mitigação de risco tiverem sido efetivas no controle ou gestão da causa subjacente da não conformidade.

O referido abaixo fornece orientações para empresas que desejam implementar seu próprio programa de verificação.

A verificação, portanto, desempenha um papel importante em todo o processo devida diligência.



As empresas que não desejam implementar seu próprio programa de verificação podem empregar uma entidade auditora de terceira-parte.



O **Modelo de Relatório de Auditoria do Fornecedor (DD-14)** apoia na realização de auditorias de verificação de fornecedores e dos registos resultantes de forma sistemática.



Os **Anexos 1 e 2 da LegalSource** incluem tabelas com verificadores para os riscos de legalidade da floresta e da linha de abastecimento, respectivamente. Enquanto a **norma de Cadeia de Custódia Genérica da NEPCon** inclui requisitos para reduzir o risco de mistura nas cadeias de abastecimento.

As auditorias de verificação da cadeia de abastecimento podem abranger empresas de gestão florestal, comerciantes ou instalações de processamento, ou ambas.

Os requisitos de verificação de fornecedores diferem significativamente entre esses dois tipos principais de auditorias. Essas diferenças são esclarecidas abaixo.

Objetivos de verificação

A verificação do fornecedor / fonte pode ter dois objetivos:

1. Verificar a ausência ou a presença de eventuais incumprimentos legais baseados nos riscos específicos identificados durante a avaliação de risco.
2. Verificar se o sistema de devida diligência e / ou medidas de mitigação de risco acordadas foram implementadas efetivamente e que o risco foi mitigado.

Um processo de verificação pode incluir ambos acima em um processo.

Alcance da auditoria

Você deve determinar o alcance da verificação antes de designar um auditor e agendar a auditoria.

O alcance da auditoria de verificação deve corresponder aos riscos especificados ou às responsabilidades específicas do seu fornecedor. Isso significa que a auditoria só se pode relacionar com alguns riscos ou atividades e não com outros. Isto é importante em termos de estabelecer os requisitos de auditoria e as competências de auditoria necessárias.

A definição do alcance da auditoria inclui a determinação de:

- Tipo de entidades incluídas na auditoria (unidade de processamento individual, instalações de processamento múltiplas, Unidade de Gestão Florestal / UGF única, UGF múltipla);
- Identificação de riscos especificados que serão avaliados; e
- Visita do sítio necessário na avaliação da auditoria. As visitas ao sítio dependem da localização e do número de UGF's incluídas no alcance da avaliação e na composição da equipa de auditoria.

O papel do fornecedor no processo de verificação

Os fornecedores desempenham um papel fundamental na maioria dos processos de verificação. Os fornecedores normalmente estão mais próximos da floresta de origem, onde os riscos geralmente podem ser encontrados e, portanto, podem estar em boa posição para ajudar a identificar e mitigar os riscos.

O papel do seu fornecedor não é necessariamente limitado ao fornecimento de acesso à informação. Pelo contrário, os fornecedores podem desempenhar um papel fundamental ao se envolverem diretamente no processo de verificação. Em alguns casos, isso pode exigir formação; No entanto, a longo prazo, usar a capacidade local é muitas vezes mais eficaz e eficiente.

Naturalmente, é importante que o papel do fornecedor tenha sido claramente definido e acordado de antemão. Todos os envolvidos devem estar atentos aos seus papéis e responsabilidades e ter a necessária competência e autoridade para habilitar o processo.

Preparação de auditoria

Em qualquer caso, a preparação para auditorias deve ser bem planejada e comunicada entre a organização que as implementa e as que estão sendo auditadas.

O seu fornecedor deverá preparar uma auditoria de verificação fornecendo informações necessárias para a avaliação das áreas de risco especificadas. Dependendo desses riscos e do papel dos seus fornecedores na implementação do sistema de devida diligência, eles devem fornecer o seguinte antes da avaliação:

- Confirmação da aceitação da auditoria de verificação;
- Procedimentos documentados;
- Registos e sistemas que documentam as ações tomadas para mitigar riscos;
- Identificação do pessoal responsável;
- Alcance definido do material;

- Listagem de cadeias de abastecimento e todos os sub-fornecedores incluídos no alcance;
- Registos de avaliação de risco (se aplicável);
- Documentação de legalidade para material incluído no alcance (se no nível da floresta isso poderia incluir plano de gestão florestal, licenças, etc.); e
- Registos que mostram conformidade com as leis e regulamentos relevantes da própria entidade.

Avaliação de entidades de processamento e comércio

A verificação de fornecedores classificados como instalações de processamento ou comércio pode ser realizada no local ou por avaliação à distância (*desk-audit*), de acordo com os riscos especificados. A verificação no local pode incluir entrevistas com pessoal relevante, revisão de documentos (procedimentos e registos de processamento), bem como observação de práticas de processamento.



Requisitos de verificação: os requisitos para fornecedores incluídos num programa de verificação podem ser encontrados no **Anexo 2 da norma LS-02 LegalSource**.

Avaliação das empresas de gestão florestal (OGF's)

A verificação das origens da madeira e produtos florestais aborda quaisquer riscos específicos identificados como presentes em um país, região sub-nacional, OGF ou grupo de OGF's.



Os requisitos para verificar OGFs são encontrados no **Anexo 1 da norma LegalSource**.

Durante a avaliação, confirme que a OGF está em conformidade com todas as questões de legalidade relevantes que foram definidas como risco especificado durante a avaliação de risco. Uma categoria de legalidade que foi confirmada como de baixo risco não precisa ser avaliada.

Competência do auditor

A confiabilidade do processo de auditoria depende das competências daqueles que conduzem a auditoria. A competência do auditor consiste nos atributos pessoais e subjacentes decorrentes de sua educação, experiência de trabalho anterior, formação e experiência de auditoria.

Finalmente, é importante que qualquer auditor tenha um conhecimento profundo do sistema e da norma para a qual eles estão sendo auditados. O conhecimento dos requisitos legais e do contexto legal também é muito importante.

A competência dos auditores abrange os seguintes aspectos:

A) *Princípios, procedimentos e técnicas de auditoria*: o auditor deve poder aplicá-las apropriadamente a diferentes auditorias e garantir que as auditorias sejam conduzidas de forma consistente e sistemática.

B) *Sistema de gestão e documentos de referência*: o auditor deve compreender o alcance da auditoria e os requisitos de auditoria aplicáveis.

C) *Contexto organizacional*: o auditor deve entender o contexto operacional da organização. Conhecimento e habilidades nesta área devem abranger:

- O tamanho, estrutura, autoridade, funções e relacionamentos da Organização;
- Os processos gerais de negócios e terminologia relacionada; e
- O costume cultural e social dos auditados.

D) *Legislação aplicável, regulamentos e outros requisitos relevantes para a disciplina*: o auditor deve poder trabalhar por dentro e estar ciente dos requisitos que se aplicam à organização que está sendo auditada. Conhecimento e habilidades nesta área devem abranger:

- códigos locais, regionais e nacionais, leis e regulamentos;
- Contratos e acordos;
- tratados internacionais e convenções; e
- outros requisitos aos quais a organização se inscreve.

Avaliação de conformidade

Os fornecedores que estão incluídos nas auditorias de verificação sob o sistema de devida diligência de uma organização precisam ser capazes de fornecer provas de que estão em conformidade com os requisitos de legalidade relevantes. Conforme mencionado acima, os requisitos específicos aplicáveis dependem dos riscos que foram especificados, bem como do tipo de entidade em avaliação. A norma da NEPCon contém os verificadores necessários que precisam ser avaliados para cada tipo específico de requisito de legalidade.

É importante que a conformidade com os requisitos da norma seja avaliada e documentada. Devem ser definidas quaisquer não-conformidades em relação aos requisitos e emitidas ações corretivas específicas com prazo de cumprimento.

Relatórios

Os resultados da verificação dos fornecedores devem ser documentados de forma sistemática e transparente.



O *formulário de Relatório de Auditoria de Fornecedores (DD-14)* inclui listagens relevantes de verificação para todos os tipos de auditoria e será usado.

Sobre

Promovendo o Comércio Legal de Madeira

O apoio ao Comércio Legal de Madeira é um projecto conjunto desenvolvido pela NEPCon com o objectivo de apoiar as empresas ligadas à madeira na Europa, com conhecimentos, ferramentas e formação nos requisitos do Regulamento da UE sobre madeira. Conhecer a origem da sua madeira não é apenas bom para as florestas, mas é bom para as empresas. O projecto conjunto é financiado pelo programa EU LIFE e pela ajuda britânica do governo britânico



Sobre

Abastecimento Responsável de Soja, Gado e Óleo de Palma

A Origem Responsável da Soja, Bovinos e Óleo de Palma é um projeto destinado a criar conscientização e capacidade entre as empresas dinamarquesas para minimizar os riscos de problemas sociais e ambientais ligados ao abastecimento de óleo de palma, soja e gado de países em desenvolvimento. O projeto é administrado pela NEPCon e financiado pela DANIDA, Ministério das Relações Exteriores da Dinamarca



NEPCon (Nature Economy and People Connected) is an international, non-profit organisation that builds commitment and capacity for mainstreaming sustainability. Together with our partners, we foster solutions for safeguarding our natural resources and protecting our climate.